FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 08/12/2022 - 05:59

PEC passa no Senado e chega à Câmara sob tensão

Senadores comemoram a aprovação em 1º turno da PEC da Transição, por 64 a 16; no segundo turno, placar foi de 64 a 13 Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado aprova PEC da Transição com prazo de 2 anos e impacto de R$ 168 bi

Proposta amplia teto de gastos em R$ 145 bilhões em 2023 e 2024 e libera espaço no Orçamento

Thaísa Oliveira e Thiago Resende

BRASÍLIA O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (7), em dois turnos, a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, principal aposta do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para cumprir promessas de campanha, como a manutenção do Bolsa Família em R$ 600 e o adicional de R$ 150 por criança até seis anos.

O texto, que agora vai para a Câmara, amplia o teto de gastos em R$ 145 bilhões em 2023 e 2024 para o pagamento do Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família) e libera outros R$ 23 bilhões para investimentos fora do teto em caso de arrecadação de receitas extraordinárias.

O Senado manteve o texto da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), em meio à pressão da oposição para reduzir o impacto e a duração.

O placar para a aprovação do texto-base, no primeiro turno, foi de 64 a 16. No segundo, a proposta passou por 64 a 13. O futuro governo precisava de, no mínimo, 49 votos e calculava ter de 54 a 60.

Na Câmara, será necessário o aval de 308 deputados. A expectativa é que a proposta seja discutida na semana que vem.

Com o espaço de R$ 105 bilhões aberto no Orçamento de 2023, Lula espera recompor programas como Farmácia Popular e Minha Casa, Minha Vida e reajustar o salário mínimo acima da inflação. A distribuição do montante, no entanto, será definida não só pelo governo eleito —como previa a proposta inicial— mas também pelo Congresso.

O relator do texto, Alexandre Silveira (PSD-MG), afirmou que o "dito mercado" reagiu bem à proposta que saiu da CCJ. Silveira reforçou o compromisso do governo eleito com o envio de um novo arcabouço fiscal até agosto do ano que vem, além de uma reforma tributária.

Durante a votação em plenário, senadores do Progressistas e do Podemos tentaram reduzir o prazo da PEC de dois anos para um ano, mas a proposta acabou derrotada.

"Na verdade, o que estamos autorizando hoje passa de R$ 208 bilhões. Estamos autorizando não R$ 145 bilhões, estamos autorizando R$ 208 bilhões", lamentou o líder do Podemos, senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR).

O texto também permite que recursos parados nas contas do PIS/Pasep há no mínimo 20 anos sejam apropriados pelo Tesouro e usados para bancar investimentos fora da regra fiscal que limita o crescimento das despesas. Flávio Bolsonaro (PL-RJ) tentou retirar o dispositivo, sem sucesso.

Em agosto, a Caixa informou que há R$ 24,6 bilhões em cotas do PIS/Pasep. A versão aprovada pelo Senado prevê gasto extra de R$ 168 bilhões —somando as cotas e outras emendas incluídas, a proposta pode liberar mais de R$ 200 bilhões para o futuro governo.

O aviso de apropriação dos recursos do PIS/Pasep deverá ser publicado no DOU (Diário Oficial da União). Caso o "eventual interessado legítimo" não reivindique o dinheiro dentro de 60 dias após a publicação no DOU, as contas serão encerradas. O interessado poderá pedir o ressarcimento à União no prazo de até cinco anos do encerramento das contas.

O dispositivo que inclui o PIS/Pasep não estava no relatório inicial de Silveira e foi incluído por sugestão do senador Fernando Bezerra (MDB-PE), ex-líder do governo de Jair Bolsonaro (PL) no Senado.

Bezerra disse que a mudança é "neutra" do ponto de vista fiscal. "Primeiro haverá criação de receita e depois a realização de despesas de investimento que ficam excepcionalizadas do teto. Do ponto de vista fiscal, é neutra. A reação do mercado hoje [nesta quarta] foi boa em relação à PEC."

Em acordo com líderes do Congresso e o PT, o relator deixou uma brecha para que a PEC também possa abrir espaço no Orçamento de 2022. No trecho que permite investimentos adicionais quando houver receitas extraordinárias, até o limite de R$ 23 bilhões, foi retirada a trava de que essa medida valeria apenas a partir de 2023.

Com isso, há margem para que o governo de Bolsonaro libere emendas parlamentares que estão bloqueadas por causa do aperto fiscal. A articulação para usar a PEC de Lula para destravar as emendas de aliados do mandatário foi revelada pela Folha em novembro.

Silveira nega que tenha participado da negociação de emendas. Segundo ele, a antecipação foi incluída para que o governo atual consiga fechar as contas —o Ministério da Economia teme o risco real de que falte dinheiro inclusive para aposentadorias.

"Se não estivéssemos aprovando hoje nesta mesma PEC a possibilidade de o atual governo aproveitar R$ 20 bilhões para fechar o seu ano fiscal, esse governo teria um rombo fiscal, no seu limite, de R$ 16,8 bilhões", disse no plenário.

A PEC também tira do teto despesas das instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da Federação ou entidades privadas.

Os gastos extras aprofundam o resultado negativo nas contas públicas previsto para 2023, caso não haja elevação nas receitas ou corte de despesas de forma suficiente. O Orçamento projeta oficialmente um rombo de R$ 63,5 bilhões, mas o atual governo atualizou essa estimativa para um número menor, embora ainda negativo em R$ 40,4 bilhões.

A existência de déficits públicos indica que o governo está financiando despesas por meio de emissão de um volume maior da dívida brasileira. O custo fica próximo da taxa básica de juros da economia, a Selic, hoje em 13,75% ao ano.

Pontos da PEC

- **Eleva o teto de gastos** em **R$ 145 bi** em 2023 e 2024 para **bancar o Bolsa Família**
- Permite usar **R$ 23,9 bi** para **investimentos** fora do teto
- Tem brecha para liberar **emendas de relator** em 2022
- **Congresso** terá liberdade para **alocar como quiser** o **espaço aberto** no teto
- Altera o **indexador** do total de **precatórios** a serem pagos. Hoje, esse valor é corrigido pela correção do teto. Para evitar que o aumento do teto seja parcialmente consumido pelo pagamento de mais precatórios, alterou-se o indexador para o IPCA. Vai continuar a bola de neve de precatórios não pagos
- Prevê que o Executivo irá enviar uma **nova proposta de regra fiscal** até 31 de agosto de 2023. Quando aprovada essa nova regra (por projeto de lei complementar), será **revogado** da Constituição o **teto atual**
- Prevê uso de recursos esquecidos do **PIS/Pasep** para **investimento público**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 15

Copyright © Clipclap 2025.